

Expert Consultation on Prevention of and Responses to Violence against Young Children Lima, 27 – 28 August 2012

JANDIRA FEGHALI
(Deputada Federal/Brasil)

Temas:

***Trabalhando com autoridades e parlamentares para
debater a violência na vida de crianças jovens.***

***A experiência do trabalho no Congresso Nacional
brasileiro e região na defesa de um plano nacional para as
crianças jovens, incluindo temas como maus tratos a
crianças e violência familiar e uma lei para banir o castigo
corporal.***





O CONTEXTO BRASILEIRO

- População residente: mais de 190 milhões
- Crianças de 0 a 5 anos: mais de 16,6 milhões
- Área: 8.5 milhões de Km²
- 6ª economia mundial
- Desigualdade: 8,5% da população vive na extrema pobreza, com menos de U\$ 35 por mês (16, 27 milhões de pessoas); 12% (1,92 milhões) são crianças de 0 a 4 anos.
- Cobertura Nacional da Educação Infantil (0 a 5 anos)
 - Creche (crianças de 0 a 3 anos): 21%
 - Pré-Escola (crianças de 4 e 5 anos): 80,6%
- Taxa de Mortalidade Infantil: 15,9/1000

Quadro atual dos direitos da criança no âmbito legal

Constituição Federal

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

- I - aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;
- II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

Quadro atual dos direitos da criança no âmbito legal

Constituição Federal

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I - idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

VI - estímulo do poder público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII - programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Quadro atual dos direitos da criança no âmbito legal

Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069, de 13 de julho de 1990

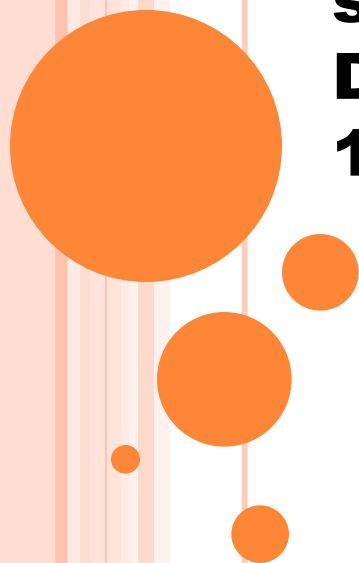
“Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.”

Emenda Constitucional nº 59/2009

Tornou obrigatória, para as crianças de quatro e cinco anos de idade, a frequência à pré-escola, exigindo a universalização desse atendimento até 2016, o que pode ser um importante mecanismo de equalização de oportunidades de desenvolvimento entre todas as crianças, independente de fatores condicionantes, como a renda ou ambiente de vida, pelo menos a partir do início do quarto ano de vida.

Quadro atual dos direitos da criança no âmbito legal

Brasil ratificou a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, por meio do Decreto Legislativo nº 28, de 14 de setembro de 1990 - promulgada pelo Decreto 99.710, de 21 de novembro de 1990



Quadro atual dos direitos da criança no âmbito legal

Lei Maria da Penha - 2006

Coibe a violência doméstica e familiar contra a mulher e suas repercussões sobre a família.

Cria mecanismos de proteção às crianças e adolescentes em lares violentos.



Quadro atual dos direitos da criança no âmbito legal

Lei Maria da Penha

Art. 30. Compete à equipe de atendimento multidisciplinar, entre outras atribuições que lhe forem reservadas pela legislação local, fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos ou verbalmente em audiência, e desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às **crianças e aos adolescentes**.

Quadro atual dos direitos da criança no âmbito legal

Saúde - Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que institui o Sistema Único de Saúde – SUS e que estabelece os princípios e diretrizes da universalidade, integralidade, equidade e resolutividade nos serviços;

Assistência Social - Lei nº. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, também conhecida como a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, que estabelece como dever do Estado a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, bem como a prioridade do amparo às crianças e aos adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social;

Educação - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e que define a educação infantil, de zero a cinco anos, como primeira etapa da educação básica, devendo ser assegurada a todas as crianças que a demandarem.

LEI DA PALMADA – PL 7.672/10, do Poder Executivo

O projeto dispõe sobre o direito da criança e do adolescente serem educados sem o uso de castigo corporal ou de tratamento cruel e degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto.

Aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados em 14/12/11. Redação final pronta para pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



LEI DA PALMADA – PL 7.672/10, do Poder Executivo

“Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

- I – castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva com o uso da força física que resulte em sofrimento ou lesão à criança ou ao adolescente;
- II – tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize a criança ou o adolescente.”

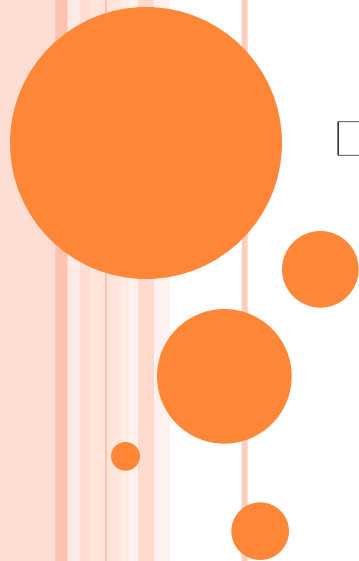


Comissões Parlamentares de Inquérito

☐ **CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - 2012**

☐ **CPI – DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - 2009**

☐ **CPMI – EXPLORAÇÃO SEXUAL - 2003**



MAPA DA VIOLÊNCIA 2012

CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL

Julio Jacobo Waiselsz

6.5. Estatísticas internacionais

Tabela 6.9. Taxas de homicídio (em 100 mil) de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade **Fontes: Whosis, Census**

País	Ano	Taxa	Pos
El Salvador	2008	18,0	1º
Venezuela	2008	15,5	2º
Trinidad e Tobago	2008	14,3	3º
Brasil	2009	13,0	4º
Guatemala	2008	12,1	5º
Colômbia	2008	11,4	6º
Ilhas Virgens-EUA	2008	9,0	7º
Panamá	2008	9,0	8º
Puerto Rico	2008	6,7	9º
Bahamas	2008	6,6	10º
Iraque	2008	5,6	11º
Barbados	2008	3,9	12º
Costa Rica	2008	3,8	13º
Aruba	2008	3,8	14º
EEUU	2008	3,4	15º
África do Sul	2008	3,4	16º
Belize	2008	3,4	17º
Equador	2008	3,2	18º
México	2008	2,9	19º
Rep. Dominicana	2008	2,7	20º
Rússia	2008	2,5	21º

MAPA DA VIOLÊNCIA 2012

CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL

Julio Jacobo Waiselsz

Tabela 7.1.8. Numero e % de atendimentos de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos) por violências segundo relação com o agressor e faixa etária das vítimas. Brasil. 2011.

Relação c/ vítima	N° de atendimentos						% de atendimentos					
	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total	<1	1-4	5-9	10-14	15-19	Total
Pai	839	1.302	1.066	1.326	821	5.354	23,5	22,2	18,1	13,0	6,6	14,1
Mãe	1768	2223	1362	1332	786	7.471	49,4	38,0	23,1	13,1	6,3	19,6
Padrasto	53	240	509	741	337	1.880	1,5	4,1	8,7	7,3	2,7	4,9
Madrasta	5	28	52	64	37	186	0,1	0,5	0,9	0,6	0,3	0,5
Cônjuge				113	922	1.035	0,0	0,0	0,0	1,1	7,4	2,7
Ex-cônjuge				38	309	347	0,0	0,0	0,0	0,4	2,5	0,9
Namorado				598	505	1.103	0,0	0,0	0,0	5,9	4,0	2,9
Ex-namorado				71	288	359	0,0	0,0	0,0	0,7	2,3	0,9
Irmão	48	98	153	305	408	1.012	1,3	1,7	2,6	3,0	3,3	2,7
Amigo/conhecido	147	446	1154	2574	2361	6.682	4,1	7,6	19,6	25,3	18,8	17,6
Desconhecido	161	232	336	1182	2675	4.586	4,5	4,0	5,7	11,6	21,3	12,1
Outros	556	1286	1252	1846	3081	8.021	15,5	22,0	21,3	18,1	24,6	21,1
Total	3.577	5.855	5.884	10.190	12.530	38.036	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pais	2.665	3.793	2.939	3.463	1.981	14.891	74,5	64,8	50,8	34,0	15,8	39,1
Parceiros/ex				820	2.024	2.844	0,0	0,0	0,0	8,0	16,2	7,5

Fonte: SINAN/SVS/MS *Pode ser indicada mais de uma alternativa

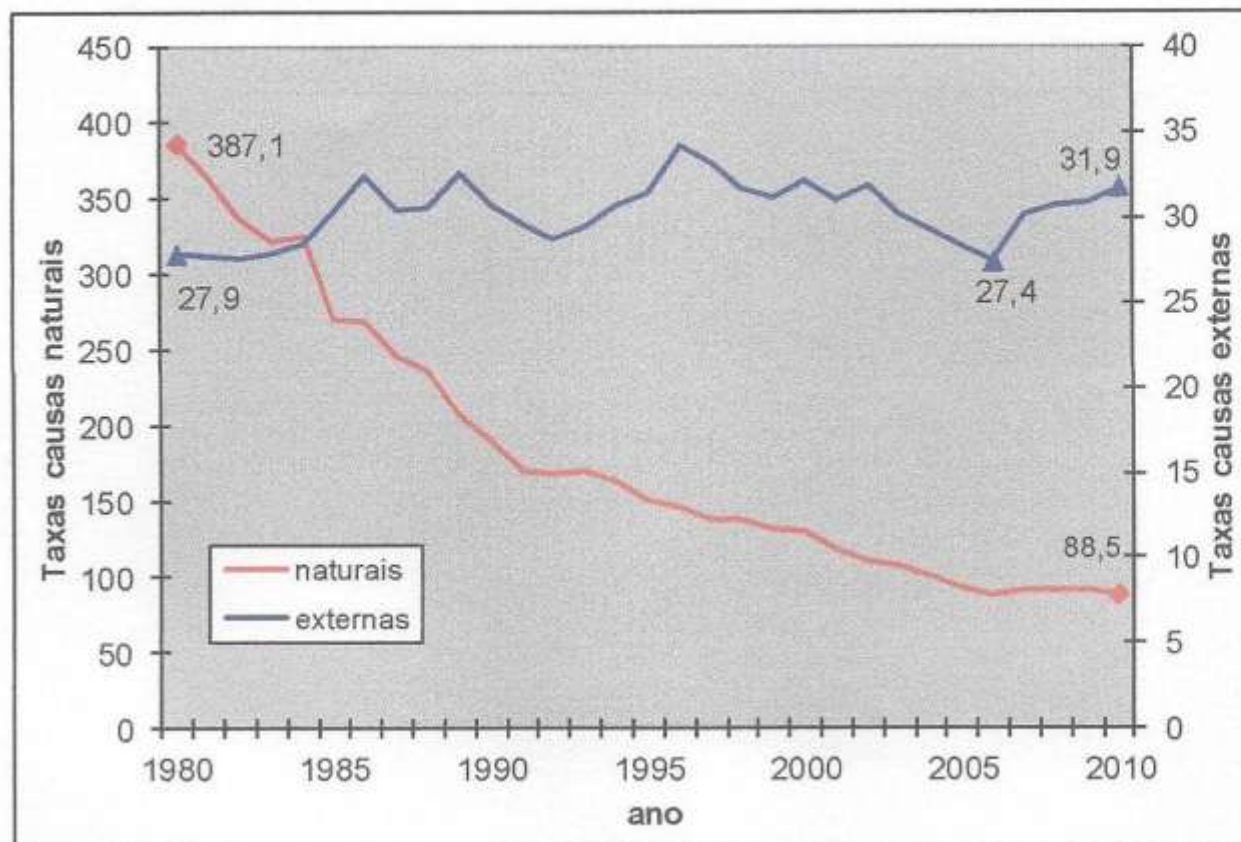
MAPA DA VIOLÊNCIA 2012

CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL

Julio Jacobo Waiselsz

CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL

Gráfico 2.1. Evolução das taxas de óbito (em 100 mil) de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos de idade) segundo causa. Brasil. 1980/2010..



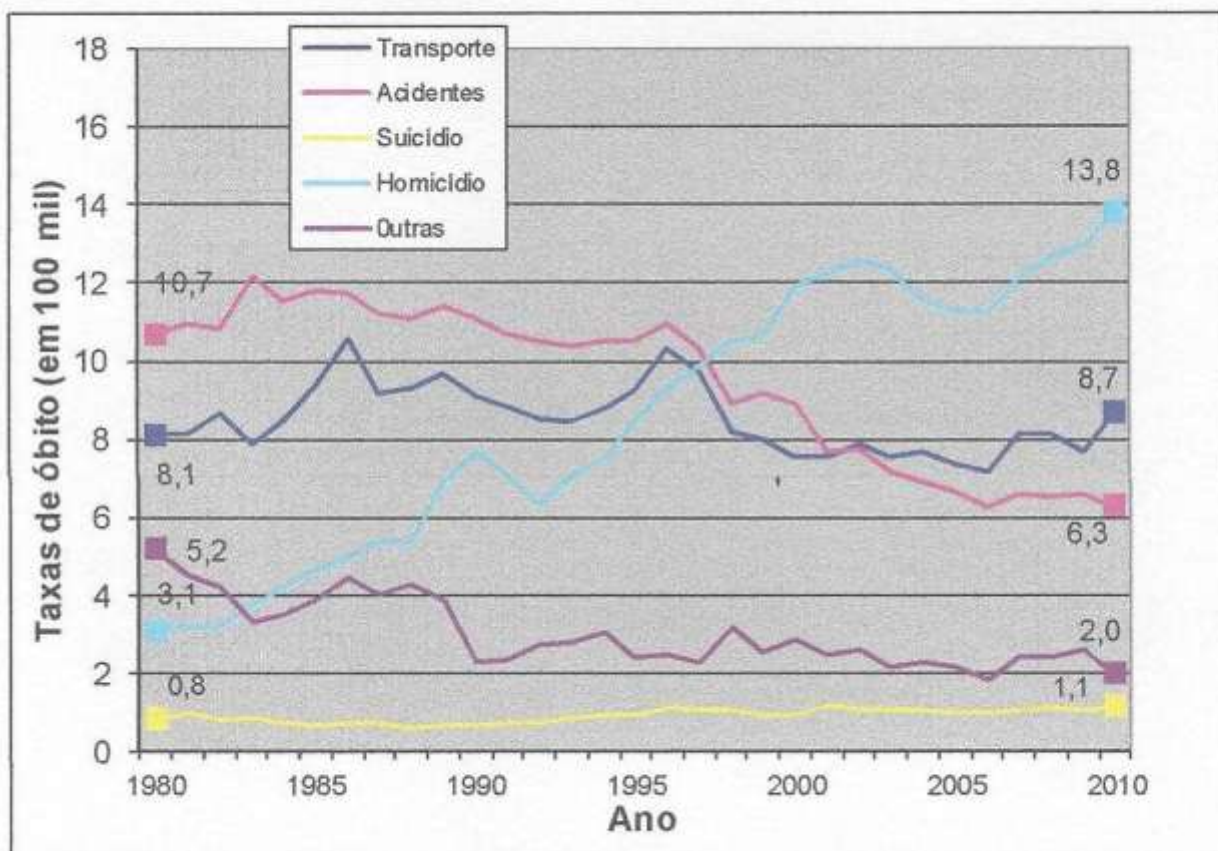
Fonte: SIM/SVS/MS

MAPA DA VIOLÊNCIA 2012

CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BRASIL

Julio Jacobo Waiselsz

Gráfico 2.2. Evolução das taxas de óbito (em 100 mil) de crianças e adolescentes (<1 a 19 anos de idade) por causas externas. Brasil. 1980/2010.



Fonte: SIM/SVS/MS

FRENTE PARLAMENTAR DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Composta por 220 parlamentares de oito Partidos Políticos.

1-O OBJETIVO PRINCIPAL DA FRENTE É CRIAR UM MARCO LEGAL NACIONAL QUE GARANTA A PRIMEIRA INFÂNCIA COMO PAUTA ESTRATÉGICA, QUE FIQUE VINCULADA AO NÚCLEO DO GOVERNO, COMO POLÍTICA INTEGRADA E INTERSETORIAL, COM RUBRICA ORÇAMENTÁRIA ESPECÍFICA.

2- PROMOVER O INTERCÂMBIO COM ENTES ASSEMELHADOS DE PARLAMENTOS E ENTIDADES, VISANDO APRESENTAR PROPOSTAS E EFETIVAR AÇÕES QUE VIABILIZEM A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À PRIMEIRA INFÂNCIA.

PROGRAMA BRASIL CARINHOSO

A presidente do Brasil, **Dilma Rousseff**, anunciou no dia 13 de Maio de 2012, o **novo programa do Governo Federal** chamado de **Brasil Carinhoso**, que tem o objetivo central de beneficiar em torno de 2 milhões de famílias que tenham crianças de até 6 anos em sua formação.

O **programa Brasil Carinhoso** integra o Bolsa Família, que atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional, e garantirá que extremamente pobres, com crianças nessa faixa etária, vivam com renda mínima superior a R\$ 70 por pessoa. A ampliação de vagas em creches e da cobertura de programas de saúde também integra a ação Brasil Carinhoso

Levantamento feito na cidade de São Paulo por pesquisadores da PUC-Rio mostrou que a expansão do programa na cidade foi responsável pela queda de 21% da criminalidade. Um dos condicionantes do programa é a frequência escolar.

Evolução do Programa Bolsa Família

